



Programa Áreas Protegidas da Amazônia
Departamento de Áreas Protegidas
Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Ministério do Meio Ambiente

AJUDA-MEMÓRIA

1ª REUNIÃO DO FORUM TÉCNICO DO PROGRAMA ARPA EM 2015

1. Em 24/06/2015, das 9:00h às 18:00h, em conformidade com a convocação eletrônica previamente encaminhada aos membros do Fórum Técnico do Programa ARPA – FT, no Ministério do Meio Ambiente – MMA – situado na 505 norte, foi realizada a primeira reunião do Fórum Técnico do ARPA em 2015 com o objetivo de tratar dos seguintes assuntos: a) Informes e encaminhamentos da reunião anterior b) Ciclo de Planejamento c) Extensão Fase II e entrada de novas UCs na Fase III d) Responsabilidades dos Órgãos Gestores na fase III, e) Encontro de gestores no CBUC, f) Oficina de Aceleração da Execução do Programa, g) Compromissos para Fase III.

2. Participaram da reunião representantes da Comissão de Gestores e Pontos Focais dos Órgãos Gestores, UCP e Funbio, relacionados em lista de presença, que passa a fazer parte desta ata.

Informes e encaminhamentos da reunião anterior:

3. Sr. Thiago Barros, coordenador do Programa ARPA no MMA, deu início a reunião dando boas vindas e apresentando proposta de Pauta. Logo em seguida, apresentou membros da delegação Peruana que visitavam o MMA a fim de conhecer o Programa ARPA e que acompanhariam a reunião do FT na parte da manhã. Após apresentação dos presentes, Sr. Thiago abre espaço para inclusão de itens de pauta. O Sr. Manoel Serrão - Funbio, solicitou espaço na pauta para uma rápida apresentação sobre mudanças na estrutura organizacional do Funbio.

4. Sr. Thiago fez informes e relatou resultados dos **encaminhamentos da reunião anterior:**

- I. As diárias de campo e cidade foram atualizadas para o valor R\$ 177,00 entre os dias 10 e 11 de Junho de 2015.
- II. As Contas Vinculadas – CVs – continuarão migrando e sendo abertas no RJ; Problemas com aceitação de cheques devem ser reportados prontamente ao Funbio;
- III. O projeto para gestão integrada das UCs localizadas ao longo da BR-163 (Subcomponente 2.2) já está em execução. A elaboração de proposta para o Baixo Rio Negro não foi concluída.
- IV. A respeito da proposta piloto para uso do cartão-vinculado, os Pontos Focais manifestaram-se desfavoráveis ao uso do cartão devido a limitações operacionais (limite de saque e disponibilidade de máquina de cartão).
- V. Em relação a possibilidade de doação direta dos bens adquiridos pelo Funbio no contexto do Subcomponente 2.3 (Edital PAS/PPI), esta poderá ser realizada



Programa Áreas Protegidas da Amazônia

Departamento de Áreas Protegidas
Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Ministério do Meio Ambiente

mediante a manifestação de interesse por parte do órgão gestor, discriminando projeto, instituição beneficiária e bens a serem doados. Em consulta aos responsáveis pelos projetos, 06 das 23 UCs demonstraram interesse, mas apenas 03 enviaram a documentação necessária. O Funbio fará análise caso a caso quanto a incidência de impostos, lembrando que o Programa Arpa não pode custear impostos, devendo estes serem pagos pela instituição beneficiada pela doação direta. A respeito da doação direta dos bens que ainda serão adquiridos no contexto do subcomponente 2.3 o Funbio sugeriu que esta decisão seja discutida ainda na fase do planejamento dos projetos.

- VI. A respeito do status da implementação e execução dos Contratos Regionais, informou que foram elaboradas minutas dos contratos para combustível, alimentação e embarcação e enviadas aos doadores para consulta (não objeção).
- VII. O Funbio encaminhará na próxima semana o tutorial para geração de relatórios no Cérebro.
- VIII. Foi relatado histórico de atuação do PCA em 2015, destacando necessidade de reformulação de sua composição para os temas de: Mudanças Climáticas, Socioambiental e Efetividade de Gestão. Conforme orientação do CP será lançado edital.
- IX. O CP autorizou a complementação de Teto para o Subcomponente 4.1 Coordenação do Programa, em R\$ 330.050,00, de modo a comportar as despesas relacionadas a contratação de consultoria e realização de encontro dos gestores no CBUC.
- X. O CP aprovou alteração do Manual Operacional do Programa Arpa - Fase II e Fase III (regra dos 15%). O texto foi revisto adotando a seguinte redação:

Em todos os fluxos descritos acima, durante o processo de avaliação do Funbio, ele irá checar se a diferença entre o valor previsto no POA e o valor cotado são significativamente divergentes. Caso a diferença seja igual ou superior a R\$ 10 mil, e corresponda a 15% ou mais do valor previsto no POA, o Funbio deverá solicitar uma justificativa específica para o solicitante, que terá o prazo de 10 dias úteis para encaminhá-la à UCP, junto com o preço real cotado pelo Funbio e o aval do ponto focal de seu órgão gestor para compra ou contratação a partir no valor cotado.

Para diferenças menores do que 15%; ou abaixo de R\$ 10 mil, e desde que o valor final não exceda em 2 vezes ou mais o valor previsto no POA; o Funbio poderá solicitar à unidade que indique de qual insumo previsto no POA este valor será descontado.

5. O Sr. Thiago falou sobre os impactos da legislação (eSocial) sobre a execução do Programa, legislação esta que trata de matéria fiscal e trabalhista, e obriga o cadastramento completo de todos os prestadores de serviço (contrato ou CV) e o envio



Programa Áreas Protegidas da Amazônia

Departamento de Áreas Protegidas
Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Ministério do Meio Ambiente

das informações via sistema eletrônico no início de cada mês, sob pena de multa. Neste sentido discorreu brevemente sobre as possíveis dificuldades para o Programa com a sua entrada em vigor em 2016 ou 2017. Será enviado material informativo aos PFs sobre o eSocial para que sejam pensadas possibilidades para evitar que esta legislação prejudique a execução das atividades de dia a dia do Programa. Ainda neste sentido, alguns participantes reforçaram a importância da elaboração dos contratos regionais, os mesmos apoiarão na realização das atividades que poderão ter impacto com o (eSocial), por isso sugere-se agilidade e priorização na implementação destes contratos.

6. Publicação de Chamadas Públicas. Foram lançadas duas chamadas uma para adesão de UCs ao Arpa, e outra para apoio ao processo de criação de UCs. Para a chamada de criação, até 15 de abril foram submetidas 5 propostas por parte do ICMBio, totalizando 2,5 milhões de hectares as quais foram analisadas e aprovadas pelo PCA (na reunião do dia 13/03/2015). Além disso no prazo da Chamada, 30 de abril de 2015, outras 5 propostas de apoio a processos de criação foram submetidas, desta vez por parte dos Estados do PA (ESEC Cuxiú-Preto e Caiarara), RR (RDS Boiaçú, RDS Itapará, e RDS Remanso), bem como 1 proposta por parte do Município de Iranduba/AM. Estas propostas serão encaminhadas ao PCA para análise e aprovação após a conclusão do processo de reformulação do Painel.

7. Além destas, o Programa já apoiava outros 8 processos de criação, que seguem em curso. Foi solicitado que os Pontos Focais relatassem o status destes processos: MT – os três processos estão paralisados, os estudos precisam ser reavaliados, PA – O estado tem diversos processos de criação, mas existe uma discussão na questão da sustentabilidade financeira destas UCs, como criar novas UCs efetivamente. TO - Tem interesse na criação de UCs e mostrou favorável articulação com PA considerando a região de fronteira. Neste momento estão em processo de contratação para estudo/levantamento para saber qual categoria da UC a ser criada. RO – Estado possui cerca de 10 processos de criação, mas existem limitações de cunho político.

8. Sr. Thiago Barros indicou possibilidade de uma nova chamada para apoio a processos de criação ainda em 2015.

9. Em se tratando das UCs Municipais, Sr. Gino, ponto focal do estado do Tocantins, registra a importância de refletir a questão de criar UCs municipais com apoio do ARPA. Sr. Paulo Sodré – WWF, alertou que pode haver uma fragilidade na criação e também pode existir um risco jurídico, devido ao processo de desafetação. Sr. Manoel Serrão afirmou que esse assunto deve estar em pauta, mas pode ser que o Programa não tenha esta estrutura para articulação com tantas instâncias.

10. Quanto às propostas de adesão, Sr. Thiago Barros relatou que foram apresentadas 26 propostas, 23 consideradas válidas, ou seja três propostas foram desclassificadas por terem sido encaminhadas diretamente pelo Gestor da UC, sem



Programa Áreas Protegidas da Amazônia

Departamento de Áreas Protegidas
Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Ministério do Meio Ambiente

aprovação por parte do Órgão Gestor (Ponto Focal), conforme previa o edital. Em resumo **9 UCs aderiram ao Programa**, correspondente a área de 6.045.405,78 há, 5 foram rejeitadas e 9 serão objeto de análise mais aprofundada.

Ferramenta de monitoramento da efetividade – SAMGe

11. Sr. Felipe Rezende - COMAM/ICMBio, apresentou a ferramenta desenvolvida pela DIMAN/ICMBio, para avaliação e monitoramento da efetividade de gestão de UCs - SAMGe. O Sr. Gino, ponto focal do TO, o parabenizou pela apresentação e questionou quanto a melhoria continuada da ferramenta, apropriação da mesma pelos órgãos gestores, sugerindo também que a ferramenta monitore a implementação do Plano de Manejo. Sr. Sergio Carvalho, DAP/MMA, falou sobre o desenvolvimento da ferramenta pelo ICMBio e disse que a intenção é integrá-la a ferramenta (FAUC) do Programa ARPA. Caso o CP aprove a ferramenta, o ARPA irá estimular o uso desta ferramenta pelos órgãos gestores federal e estaduais. Sra. Flávia Souza – AC, alertou que aplicação para conselho pode ser um desafio, pois o questionário é extenso. Sr. Felipe afirmou que a ferramenta pode permitir visualizar as falhas na gestão, vinculado aos aspectos legais. Sr. Manoel Funbio perguntou quando será possível visualizar custos relacionados a efetividade e sugere agregação, principalmente no caso do ARPA com Fundo de Transição. Sr. Thiago ponderou que esta questão pode ser amadurecida. Sr. Sergio afirmou que nesta fase não há necessidade, pelas premissas da Fase III, mas que talvez fosse interessante pensar numa esfera maior, para além do ARPA. A ideia é que até final de novembro a ferramenta tenha sido aplicada na Amazônia, finalizou Sr. Felipe Rezende, e no ano seguinte nos demais biomas.

Monitoramento da Biodiversidade

12. A Sra. Kátia Torres – ICMBIO, fez apresentação de panorama geral sobre Monitoramento da Biodiversidade *in situ* em unidades de conservação federais.

13. Após a apresentação da Sra. Kátia, a Sra. Renata Gatti da UCP/ARPA, esclareceu aos participantes que, conforme prevê a condição de desembolso nº 7 do FT, todos os estados devem apresentar metas de monitoramento da conservação da biodiversidade para todas as UCs de grau II em 2015. Para as UCs federais o monitoramento da conservação da biodiversidade é implementado de acordo com as metas de planejamento do ICMBio e a compatibilidade entre os protocolos adotados. Por fim todas as UCs de grau II deverão estar com monitoramento consolidado e permanente em 2020. Será necessário que cada estado elabore estratégia para implementação do protocolo, com apoio da UCP.

14. Sra. Flávia Souza – AC, sugeriu que haja uma sensibilização sobre o tema durante o encontro dos gestores.

15. Sra. Lurdes Iarema afirmou ser importante estabelecer pontos focais para interação com as UCs Estaduais e Federais no tema Monitoramento, considerando a relevância para esta fase do Programa.



Programa Áreas Protegidas da Amazônia
Departamento de Áreas Protegidas
Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Ministério do Meio Ambiente

Ciclo do Planejamento do Programa ARPA

16. A Sra. Renata Gatti apresentou informações sobre o ciclo de Planejamento 2015 do Programa ARPA, destacando as datas de aplicação do PEP, entre Julho e Agosto, e as oficinas de Planejamento, previstas para ocorrerem em novembro. Os participantes solicitaram que as datas de participação de cada gestor sejam definidas o mais breve possível para que os gestores organizem sua agenda.

Extensão da Fase II e entrada de novas UCs na Fase III

17. Sra. Renata Gatti explicou que foi solicitada a extensão do prazo para a execução dos recursos Fase II em função da existência de recurso remanescente das doações do KFW e GEF. Ainda não foi definido quais UCs permanecem na fase II para executar este recurso, devendo ocorrer após o preenchimento do PEP e o cruzamento da informação de demanda de recursos com o saldo disponível, buscando compatibilizar a execução dos recursos da Fase II e da Fase III.

18. Sra. Ilana Oliveira, lembrou que por um lado é necessário pensar como gastar o recurso remanescente mas também iniciar a execução do Fundo de Transição. Informou ainda que o Funbio já enviou o pedido para os doadores para prorrogação da execução do recurso do GEF.

Compromissos para Fase III

19. A Sra. Renata Gatti, destacou a importância de manter o CNUC atualizado e fazer registro das novas UCs e ressalta que este preenchimento é um Marco Referencial (nº 13): para as UCs de Grau I são exigidos o cadastro e a atualização das informações básicas das UCs, e já para as UCs de Grau II são exigidos cadastro e a atualização de informações completas.

20. A Sra. Renata Gatti apresentou a lista de responsabilidades dos Órgãos Gestores, e com os compromissos para fase III, com impacto direto sobre o desembolso, conforme MOP:

v) *Apoiar a elaboração de **relatórios de desempenho de consolidação das UCs e outros documentos necessários para o monitoramento e gestão do Programa ARPA;***

w) *Implementar o **monitoramento de conservação da biodiversidade (incluindo protocolos básicos de biodiversidade, uso de recursos, e integridade da paisagem) e indicadores socioeconômicos nas suas UCs;***

x) *Preparar **relatórios financeiros de contrapartida física e financeira para o MMA;** e*

y) *Prover informações e **apoiar a elaboração dos relatórios previstos no anexo 2.7, de acordo com as responsabilidades descritas para cada instituição.***



Programa Áreas Protegidas da Amazônia
Departamento de Áreas Protegidas
Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Ministério do Meio Ambiente

21. Posteriormente a Sr. Renata destacou as condições de desembolso relacionadas ao nível dos órgãos gestores. Em relação a condição de desembolso nº 3 relacionada aos relatórios financeiros, a Sra. Renata informou que os dados enviados atualmente não atendem o nível de detalhamento necessário para a elaboração dos relatórios do Fundo de Transição.

22. Sr. Manoel destacou que estas informações financeiras serão necessárias para os próximos 25 anos, por isso é preciso pensar numa ferramenta adequada que considere o modelo financeiro de cada estado.

23. Sra. Renata mencionou que o programa estuda a possibilidade de contratação de consultoria para auxiliar no detalhamento das informações financeiras dos órgãos gestores.

24. Em relação a Condição de Desembolso nº 9 (aumento de recursos financeiros não-salariais), a maioria dos Pontos Focais demonstrou preocupação, e solicitaram que a UCP enviasse Ofício aos Secretários enfatizando esta informação/condição.

25. Sr. Gino perguntou sobre o prazo para apresentar as informações de contrapartida não-salarial de forma detalhada, ao que a Sra. Renata explicou que o Programa o prazo definido no MOP é o ano de 2016, embora entenda-se que o atendimento a esta condição não será simples e que provavelmente demandará tempo adicional para ser cumprida.

26. Sr. Renata lembrou aos Pontos Focais que recentemente foi enviado aos Órgãos Gestores ofício solicitando a elaboração e envio do Plano de Consolidação, e destacou que o prazo para envio é final de Julho.

Apresentação FUNBIO – Informes sobre mudanças na estrutura organizacional

27. Sr. Manoel, informou que o Funbio está revisando processos visando o aprimoramento e melhora nos prazos para contratações e aquisições. Um exemplo citado foi o processo de avaliação de especificações e TDRs, que antes de aprovação no sistema seguirão um fluxo de revisão da gerência junto ao setor de compras. O mesmo informa que algumas questões poderão ser aprimoradas em curto prazo, enquanto outras serão em médio e longo prazo. O Funbio contratará 3 compradores temporários para dar andamento nos processos pendentes. Atualmente o Funbio está mapeando seus processos para identificar os gargalos e onde estão os possíveis entraves.

Oficina para Aceleração da Execução do Programa

28. No dia 25 de Junho, como extensão do FT, ocorreu a oficina para aceleração da Execução do Programa, com intuito de identificar os possíveis entraves a boa execução. Os principais tópicos discutidos na oficina encontram-se no Anexo II desta ajuda memória.

29. A reunião encerrou-se às 19 hs, tendo sido definidos os seguintes encaminhamentos:



Programa Áreas Protegidas da Amazônia

Departamento de Áreas Protegidas
Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Ministério do Meio Ambiente

Encaminhamentos:

- I. A UCP auxiliará os órgãos gestores estaduais a elaborar o planejamento de implementação dos Protocolos de Monitoramento.
 - II. A UCP avaliará a possibilidade de inserção deste tema no encontro dos gestores no CBUC.
 - III. A UCP disponibilizará o sistema para aplicação do PEP em Julho e organizará as Oficinas de planejamento em novembro.
 - IV. O MMA enviará ofício aos Órgão Gestores destacando os compromissos assumidos para a Fase III.
 - V. A UCP enviará material informativo aos PFs sobre o eSocial para que sejam pensadas possibilidades para evitar que esta legislação prejudique a execução das atividades de dia a dia do Programa.
30. A UCP/MMA disponibilizará esta ajuda memória em até 15 dias para leitura e comentários ao texto, juntamente com o material apresentado durante a reunião.

Membros do Fórum Técnico

Thiago Barros Coordenador UCP/DAP/SBF/MMA	Antônio Edilson de Castro Sena ICMBio
Flavia Dinah Rodrigues de Souza OEMA/AC	Manoel Serrão Funbio
Fátima Cristina IDEFLOR- Bio/PA	Gilmar Souza OEMA/AM
Gino Machado de Oliveira OEMA/TO	Jussara Souza Oliveira OEMA/MT
Luis Claudio Fernandes OEMA/RO	Juciley Gomes Comissão de Gestores



Programa Áreas Protegidas da Amazônia
Departamento de Áreas Protegidas
Secretaria de Biodiversidade e Florestas
Ministério do Meio Ambiente

Lurdes Iarema
Comissão de Gestores

Integram a presente ajuda memória os seguintes documentos:

Anexo I: Lista de presença.

Anexo II: Encaminhamentos da Oficina de Aceleração de 25/06/2015.